



239

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0002498-36.2014.8.17.0000 (0329852-2)

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDO: Sérgio Ricardo de Carvalho

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório (convocado)

EMENTA: PROCESSO PENAL. JÚRI. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. QUALIFICADORA. DELITO COMETIDO MEDIANTE PAGA. ELEMENTAR DO TIPO. EXTENSÃO AO MANDANTE. POSSIBILIDADE. CORRUPÇÃO DE MENORES. DELITO FORMAL. FATO DESCRITO NA DENÚNCIA. *EMENDATIO LIBELLI* (ART. 418, CPP). CRIME CONEXO. INCLUSÃO. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

1. No homicídio mercenário, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é elementar do tipo qualificado e, por esta razão, estende-se ao mandante. Assim, havendo indícios suficientes de que o crime foi encomendado pelo recorrido, mediante paga, a inclusão, na pronúncia, da qualificadora do inciso I, do §2º, do art. 121, CP, é medida de rigor.

2. O réu defende-se do fato e não de sua definição jurídica. Por isso, constatando-se que a denúncia descreve a prática do delito de corrupção de menores, com todas as suas elementares, pode-se operar, na pronúncia, a *emendatio libelli*, dando ao fato nova definição jurídica, para incluir o crime conexo, ainda que isso importe sujeição do acusado à pena mais grave, nos termos do artigo 418, CPP.

3. Recurso provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso em sentido estrito nº 0002498-36.2014.8.17.0000 (0329852-2), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0002498-36.2014.8.17.0000 (0329852-2)

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDO: Sérgio Ricardo de Carvalho

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório (convocado)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo **Ministério Público Estadual**, contra a decisão de fls. 182/184, proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Bezerros, que pronunciou **Sérgio Ricardo de Carvalho** como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do Código Penal.

Nas razões de fls. 188/195, inicialmente, a Ilma. Promotora de Justiça insurge-se contra o afastamento da qualificadora descrita no inciso I, do §2º, do art. 121, CP (mediante paga), sustentando, em síntese, que, diferente da conclusão à que chegou o Magistrado de piso, a mencionada qualificadora também "*incide sobre a ação do agente que faz a promessa ou paga a recompensa prometida*". Em seguida, defende que seja inserido na pronúncia o delito descrito no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores), pois, embora não tipificado, encontra-se descrito na denúncia, o que permite aplicar o instituto da *emendatio libelli*. Requer, ao final, o provimento recurso para reformar parcialmente a decisão vergastada, pronunciando o recorrente como incurso no art. 121, § 2º, inciso I, CP, em concurso material com o art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Às fls. 211/214, a Defesa apresentou contrarrazões, pelo improvimento do recurso. A Procuradoria de Justiça, por sua vez, por meio do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, às fls. 225/231, opinou pelo provimento do recurso.

É o relatório. **Inclua-se em pauta.**

Recife, 19 de Maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



240

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0002498-36.2014.8.17.0000 (0329852-2)

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDO: Sérgio Ricardo de Carvalho

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório (convocado)

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme foi relatado, por meio do presente recurso, o Ministério Público Estadual visa à reforma parcial da decisão vergastada, para o fim de pronunciar o recorrido Sérgio Ricardo de Carvalho como incurso no art. 121, § 2º, inciso I, CP, em concurso material com o art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compulsando os autos, verifica-se que, de fato, razão assiste o *Parquet*.

Segundo consta na denúncia (fls. 01-A/01-C), no dia 26 de dezembro de 2008, por volta das 15h20min, na Rua Henrique Dias, bairro de Santo Amaro, município de Bezerros/PE, o adolescente *E.C.L.*, a mando dos denunciados Lindomar Severino Gomes e Sérgio Ricardo de Carvalho (ora recorrido), desferiu diversos disparos de arma de fogo contra a vítima Hildemir Gomes da Silva.

Relata a exordial acusatória, que o recorrido Sérgio Ricardo de Carvalho, juntamente com o corréu, pagou ao adolescente *E.C.L.* a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a prática do crime; e que o crime foi encomendado porque os acusados acreditavam que a vítima, conhecida por "Demi", tencionava matá-los.

Na hipótese, como visto, busca-se a inclusão da qualificadora, por ter sido o delito cometido mediante paga, assim como a pronúncia em concurso material do delito conexo, qual seja, a corrupção de menores.

2



243

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

A materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos, conforme perícia tanatoscópica, ilustrações fotografias e perícia em local de homicídio (respectivamente, às fls. 14/17 e fls. 19/24). Há, igualmente, indícios suficientes de autoria, consubstanciados na prova testemunhal, como consta na decisão de pronúncia, contra a qual não houve interposição de recurso pela defesa.

Quanto às qualificadoras, é sabido que estas só podem ser decotadas na fase da pronúncia quando efetivamente não estiverem caracterizadas, ou seja, somente quando manifestamente improcedentes.

In casu, verifica-se que o Magistrado de piso excluiu a qualificadora de paga ou promessa de recompensa, sob o fundamento de os indícios apontavam “na direção de que quem a teria recebido seria o adolescente E.C.L”.

Ora, como é sabido, o chamado homicídio mercenário ocorre quando o agente recebe um pagamento para praticá-lo ou o comete sob a promessa de ser recompensado. Contudo, conforme ensina a melhor doutrina, referida circunstância qualificadora, “sendo elementar no delito, comunica-se àquele que paga ou promete a recompensa”¹.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. DUPLO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO VINCULAÇÃO DA CORTE AD QUEM. COMUNICAÇÃO DA QUALIFICADORA DE PROMESSA DE PAGA AO AUTOR INTELECTUAL. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA DA DISSIMULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA OBJETIVA. CABIMENTO. INGRESSO NO ESPECTRO DE CONHECIMENTO DO COAUTOR. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Não há se falar em ofensa ao princípio da

¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 935.

Aut 13



242

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

colegialidade quando o não provimento do agravo de instrumento, de forma monocrática, encontra-se dentro das atribuições do relator, e não causa qualquer gravame àquele que responde ao processo criminal. 2. O juízo de admissibilidade do recurso especial está sujeito a duplo controle, razão pela qual a aferição de seus requisitos pela instância ordinária não vincula esta Corte 3. **No homicídio mercenário, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é elementar do tipo qualificado e se estende ao mandante e ao executor.** 4. A qualificadora referente à dissimulação, por ser circunstância objetiva referente ao modo de execução do crime, pode se comunicar ao corrêu, desde que tenha entrado em sua esfera de conhecimento. Análise que demanda revolvimento do arcabouço probatório. Incidência do enunciado nº 7 desta Corte. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 912.491/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/11/2010, DJe 29/11/2010)

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO MEDIANTE PAGA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS. INVIABILIDADE. PAGA OU PROMESSA DE RECOMPENSA. COMUNICABILIDADE. RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. **No homicídio mercenário, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é elementar do tipo qualificado e se estende ao mandante e ao executor.** 2. Para se excluir a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima é indispensável o revolvimento do material fático-probatório, o que é vedado na via do habeas corpus. 3. Ordem denegada. (HC 99.144/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 09/12/2008)

Desse modo, havendo indícios suficientes de que o delito foi cometido mediante paga ou promessa de recompensa, a respectiva qualificadora incide sobre o mandante, devendo a apreciação da ocorrência de referida circunstância ser submetida ao Conselho de Sentença.



243

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

No caso em comento, há fortes indícios de que o recorrido Sérgio Ricardo de Carvalho foi um dos mandantes do delito apurado nos presentes autos, o qual foi executado por um adolescente, que, em recompensa, recebeu dos mandantes a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Perante a autoridade policial, o adolescente E.C.L. declarou o seguinte:

“[...] QUE, o terceiro homicídio cometido por ele, declarante, teve como vítima a pessoa de ‘DEMI’, recebendo para isto a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais); QUE, o referido homicídio aconteceu na frente do moto táxi do bairro Santo Antônio; QUE, LINDO e SÉRGIO SEGURANÇA lhe informaram que ‘DEMI’ havia matado ‘FABINHO’ e ‘ZÉ MARGARIDA’, por isto teria que morrer; QUE, caso ‘DEMI’ não morresse, o mesmo iria matar LINDO, EDNALDO e SÉRGIO SEGURANÇA, do mesmo modo [...]”. (fl. 26)

Embora o referido adolescente tenha se retratado em juízo (fls. 122/123), as testemunhas Hildenice Regina da Silva e Edilma Maria da Silva, às fls. 123/125, confirmaram a existência de comentários no sentido de que o delito foi encomendado pelo denunciados.

Assim, havendo indícios suficientes de que o homicídio foi encomendado pelo recorrido, mediante paga, a inclusão da qualificadora prevista no inciso I, do §2º, do art. 121, CP, é medida de rigor.

Por outro lado, conquanto a representante do Ministério Público não tenha capitulado o delito de corrupção de menores, é certo que a denúncia descreve tal fato típico, com todas as suas elementares, razão pela qual se mostra possível a aplicação do art. 418, CPP, segundo o qual, *“o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave”*.

Decerto, como é sabido, o réu defende-se do fato e não de sua definição jurídica.



2M

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Por isso, na situação em comendo, sendo certo que, desde a denúncia, imputou-se ao recorrido o fato de encomendar a uma adolescente, mediante paga, a prática de um homicídio, mostra-se plenamente possível a inclusão do delito conexo - corrupção de menores - na pronúncia, aplicando-se o instituto da *emendatio libelli*.

Porém, conforme destacou a douta Procuradoria Justiça, no parecer de fls. 225/231, a tipificação não pode ser aquela pretendida pelo recorrente, pois o fato ocorreu em 26.12.2008, sendo, portando, anterior à Lei nº 12.015/09, que incluiu o art. 244-B no Estatuto da Criança e do Adolescente².

Na data do fato, o delito de corrupção de menores era tipificado no art. 1º da Lei nº 2.253/1954, que assim dispunha:

Art 1º Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando, infração penal ou induzindo-a a praticá-la.

Destaque-se, ademais, que o crime de corrupção de menores tem natureza formal, bastando para sua caracterização, indícios de envolvimento de menor de 18 (dezoito) na companhia de agente imputável.

Esse entendimento, inclusive, encontra-se sedimentado na Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se afere do seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
CORRUPÇÃO DE MENOR. ART. 1º, DA LEI Nº 2.252/54.
CRIME FORMAL. SÚMULA 500, DO STJ. INOVAÇÃO

² Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no **caput** deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no **caput** deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)



245

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A Terceira Seção desta Corte ao julgar o **Recurso Especial Representativo da Controvérsia - REsp 1.127.954/DF**, sedimentou entendimento de que para a configuração do crime de corrupção de menores, de natureza formal, basta que haja evidências da participação de menor de 18 (dezoito) anos no delito e na companhia de agente imputável, sendo irrelevante o fato de já estar ele corrompido. Inteligência da Súmula 500, do STJ. 2. Em relação à alegação de que não houve comprovação por documento hábil a menoridade da vítima, verifico tratar de inovação da matéria em sede de agravo regimental, não podendo ser acolhida nesta fase recursal. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1396824/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 28/03/2014)

No mesmo sentido consolidou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Ementa: PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES (CP, ART. 157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL, E ART. 1º DA LEI N. 2.252/54). CRIME FORMAL, NÃO SE EXIGINDO, PARA SUA CONFIGURAÇÃO, AUSÊNCIA DA CONDIÇÃO DE CORROMPIDO DO JOVEM. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO. 1. O crime de corrupção de menores é formal, bastando, para sua configuração, que o agente imputável pratique com o jovem a infração penal ou o induza a praticá-la. Precedentes: RHC 107760, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ de 24/8/2011; RHC 103354/DF, rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 9/8/2011; HC 92.014/SP, Rel. originário Min. Ricardo Lewandowski, Rel. p/ o acórdão Min. Menezes de Direito, Primeira Turma, DJe de 21/11/2008 e HC 97.197/PR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe de 04/12/2009. 2. A configuração do crime de corrupção de menores prescinde de prévia condição de corrompido do jovem, uma vez que o anseio social é a sua recuperação. 3. In casu, o recorrente foi denunciado pela prática do crime de roubo



246

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

circunstanciado pelo concurso de agentes (CP, art. 157, § 2º, II), bem como pelo delito de corrupção de menores (Lei n. 2.252/54), por ter induzido adolescente à prática do delito em comento. 4. A mens legis da norma inculpada no art. 1º da Lei n. 2.252/54 é a integridade moral do jovem e a preservação dos padrões éticos da sociedade. O argumento simplista de que o crime não se consuma caso o jovem já se encontre corrompido, por ter praticado algum ato delituoso, não pode prosperar sob pena de desvirtuamento dos principais objetivos da norma, que são a recuperação e a reinserção do adolescente na sociedade. 5. Recurso desprovido. (RHC 111137, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 14/02/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-054 DIVULG 14-03-2012 PUBLIC 15-03-2012)

Por todo o exposto, **dou provimento** ao recurso ministerial, para reformar a decisão vergastada e, em decorrência, **pronunciar Sérgio Ricardo de Carvalho, devidamente qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 121, §2º, inciso I, do Código Penal (homicídio qualificado mediante paga), em concurso material com art. 1º da Lei nº 2.252/54 (corrupção de menores), submetendo-o a julgamento perante o Tribunal do Júri da comarca de Bezerros.**

É como voto.

Recife 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator